

Crédito podre

Divida Ext
O já baixo nível de credibilidade do Brasil no Exterior acaba de baixar mais um pouco. Anteontem o Icerc — Inter Agency Country Exposure Risk Committee, organismo norte-americano que avalia o risco dos empréstimos a países estrangeiros, rebaixou em mais dez pontos percentuais o crédito que o Brasil detém junto aos bancos privados dos Estados Unidos. Em consequência disso, os bancos estão obrigados a aumentar de 40 para 50% as suas reservas sobre seu **exposure** no Brasil.

Trata-se, evidentemente, de um procedimento quase automático, destinado, em última análise, a defender o sistema bancário norte-americano de quebras provocadas por calotes dos devedores: se o tomador de empréstimo não honrou seus compromissos, os bancos estão obrigados a informar o Icerc a respeito do ocorrido e este impõe aos credores as medidas necessárias para cobrir o aumento de risco de inadimplência total.

Os efeitos dessa decisão não irão limitar-se a obrigatoriedade de novas provisões por parte dos bancos credores do Brasil. Daqui para frente tende a reduzir-se ainda mais o fluxo de capitais internacionais para cá. Ou seja, se havia projetos de investimentos estrangeiros no Brasil, é provável que sejam adiados ou, simplesmente, cancelados.

E isso ocorre num momento em que outros países latino-americanos, entre os quais o México, o Chile e a Venezuela, que já estiveram em situação pior que a do Brasil, se encontram plenamente reabilitados, não só perante o Federal Reserve, o banco central dos Estados Unidos, mas, também,

perante a comunidade financeira internacional. A própria Argentina, cujo presidente acaba de receber uma calorosa recepção em Washington, acaba de ser notificada de que o Fundo Monetário Internacional está disposto a fechar com seu governo um acordo tipo **extended facilities**, que normalmente é concedido a economias já em fase de recuperação.

O mais lamentável, no entanto, é a indiferença com que o governo brasileiro assiste a esse processo de deterioração do nosso crédito no Exterior. O diretor da área internacional do Banco Central, Arminio Fraga Neto, por exemplo, nem mesmo sabia que a degradação do crédito brasileiro estava na pauta do Icerc, o que significa que desconhece as regras que nos Estados Unidos são respeitadas e cumpridas pelas partes.

Tudo se passa como se o governo brasileiro considerasse perfeitamente natural calotear credores. Mais do que isso, como se não tivesse noção das consequências perversas desse estado de coisas para um país que depende tão dramaticamente de capitais estrangeiros para crescer.

Boa parte dos títulos da dívida interna do governo brasileiro já é considerada **dinheiro podre**, como as discussões sobre a privatização de empresas estatais deixaram bem claro. E os próprios títulos da dívida externa perdem dia a dia cotação no mercado secundário, sem que o governo brasileiro demonstre qualquer preocupação com isso.

Decididamente, não é assim que se estimula o saneamento das finanças públicas e a retomada do desenvolvimento econômico.

22 NOV 1991
JORNAL DA TARDE